



“TÁ DE CHICO?": ESTIGMAS DA MENSTRUÇÃO NA MÍDIA E NO TERRITÓRIO ESCOLAR

“ARE YOU IN THE PERIOD?": STIGMAS OF MENSTRUATION IN THE MEDIA AND IN THE SCHOOL TERRITORY

“¿ESTÁS EN TU PERÍODO?": ESTIGMAS DE LA MENSTRUACIÓN EN LOS MEDIOS Y EN EL TERRITORIO ESCOLAR

Caroline Luiza Willig¹

Saraí Patrícia Schmidt²

RESUMO

Esta pesquisa aborda os estigmas que envolvem a menstruação na mídia e na escola. Problematisa narrativas discriminatórias que permeiam discursos destes territórios, que reforçam e/ou rompem com cristalizações moldadas por relações colonialistas, evidenciando as intersecções de opressões no que tange às misoginias que acercam a menstruação. O caminho metodológico para dialogar a respeito da temática proposta foi construído a partir de revisão bibliográfica e teórica, seguida de Bricolagem, cujos materiais midiáticos (posts de redes sociais, revistas, sites, documentários, entre outros) foram categorizados com inspiração no método de Análise de Conteúdo de Bardin (2011). Numa segunda etapa, parte do referencial foi tema de quatro encontros formativos com o corpo docente das séries finais de uma escola pública. O material que emergiu dos encontros foi organizado e analisado a fim de elucidar acerca das diferentes compreensões sobre os estigmas que envolvem a menstruação.

PALAVRAS-CHAVE: Menstruação. Estigmas. Mídia. Escola.

RESUMEN

Esta investigación aborda los estigmas que rodean la menstruación en los medios y en la escuela. Problematisa las narrativas discriminatorias que permean los discursos de estos territorios, que refuerzan y/o rompen con las cristalizaciones moldeadas por las relaciones colonialistas, destacando las intersecciones de la opresión con respecto a las cristalizaciones misóginas respecto de la menstruación. La forma metodológica de dialogar sobre el tema propuesto se construyó a partir de una revisión bibliográfica y

¹ Mestra e doutoranda em Processos e Manifestações Culturais. Universidade Feevale, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Doutora em Educação. Universidade Feevale, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil.

teórica, seguida del Bricolage, cuyos materiales mediáticos (publicaciones de redes sociales, revistas, sitios web, documentales, entre otros) se categorizaron con base en el método de Análisis de Contenido de Bardin. (2011). En una segunda etapa, parte del marco fue objeto de cuatro encuentros formativos con profesores de últimos grados de una escuela pública. El material surgido de los encuentros fue organizado y analizado con el fin de dilucidar las diferentes interpretaciones sobre los estigmas que rodean a la menstruación.

PALABRAS-CLAVE: Menstruación. Estigmas. Medios de comunicación. Escuela.

ABSTRACT

This research addresses the stigmas surrounding menstruation in the media and at school. It problematizes discriminatory narratives that permeate discourses of these territories, which reinforce and/or break with crystallizations shaped by colonialist relations, highlighting the intersections of oppression with regard to misogynistic crystallizations regarding menstruation. The methodological way to dialogue about the proposed theme was built from a bibliographical and theoretical review, followed by Bricolage, whose media materials (posts from social networks, magazines, websites, documentaries, among others) were categorized based on the Analysis method of Bardin's Content (2011). In a second stage, part of the framework was the subject of four formative meetings with the faculty of the final grades of a public school. The material that emerged from the meetings was organized and analyzed in order to elucidate the different understandings of the stigmas surrounding menstruation.

KEYWORDS: Menstruation. Stigmas. Media. School.



Introdução

Onde acaba a infância e começa a vida adulta? Para pessoas com útero, existe um marcador que determina, de maneira cultural e biológica, esta passagem – a primeira menstruação. Também chamada de menarca, ela ocorre geralmente entre os onze e treze anos, mas pode vir entre os nove e dezesseis anos de idade, no entanto, sendo sempre acompanhada de um estigma vermelho impregnado de preconceitos, tabus e crenças de cunho patriarcal e colonial, que vazam na mídia através de (re)produções, evidenciando o adoecimento da sociedade. Romantizada e demonizada, a menstruação aparece na mídia por meio de diversos discursos que na maioria das vezes legitimam o afastamento do corpo menstruante de sua natureza cíclica.

Na escola, a menstruação geralmente tem espaço restrito na disciplina de biologia, nos conteúdos referentes aos órgãos sexuais humanos e o sistema reprodutivo. Em meio a cochichos e códigos, as colegas e amigas se comunicam sobre o seu ciclo – quando o fazem. Nas aulas de educação física, é aquele constrangimento para explicar ao professor que não está se sentindo bem para praticar esportes, por medo de o sangue passar pela

roupa e gerar aquela situação vergonhosa. Um marco de passagem, a menstruação é também um sinal que reforça colonialismos, de que menstruar é algo íntimo e que não deve vazar do espaço privado para o público.

Propagandas de absorvente descartável mostrando um líquido azul, produtos milagrosos prometendo a prática de esportes como se a menstruação não estivesse ali, memes e relatos na internet que destacam ou mesmo questionam esse horror à menstruação que o público feminino desenvolveu, em especial após a industrialização. Revistas, artigos e notícias voltadas para o público feminino reforçando os efeitos da tensão pré-menstrual (TPM), e destinados para o público masculino com dicas sobre “como lidar com as mulheres na TPM”.

Marcas da misoginia

Ervin Goffman (1988) destaca que o atributo que dá origem a um estigma não é em si horroroso ou belo, o que tece esse sentido é de ordem cultural. O estigma se cria a partir do confronto do diferente e tabus gerados a partir deste. O atributo estigmatizado em si horroroso ou desonroso, mas sim a relação do que se considera “normal” diante do “diferente”. Segundo ele, existem três tipos diferentes de estigmas, sendo eles as abominações do corpo, as culpas de caráter individual e os estigmas tribais de raça, nação e religião (Ervin Goffman, 1988, p. 7)³ e todos eles perpassam o menstruar.

O choque com o diferente provoca este estranhamento ou desconforto que, através das relações de poder e dominação, subjuga o corpo menstruado a um corpo “estragado” e o condiciona ao patamar de corpo abjeto. Abjeto, para a teórica Judith Butler (2013), que elucida sobre feminismos e as expressões queer de gênero, “não se restringe de modo algum a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’ (2013).

A ecofeminista Carol Adams (2018) utiliza o conceito de “referente ausente” para evidenciar a influência do uso da língua para a normatização de uma cultura patriarcal e especista, fazendo associação direta à intersecção do feminismo com o veganismo, demonstrando que animais são frequentemente retratados com traços femininos e mulheres são frequentemente retratadas com traços animais para que seus corpos sejam consumidos pelos homens (Carol Adams, 2018), dialogando com o conceito de “corpos

³ Ao longo do texto, optamos por referenciar, na primeira vez em que às/aos autoras/es, seu nome e sobrenome, dando ênfase assim em referenciar quais as autoras mulheres e homens que sustentam o trabalho investigativo.

abjetos”, de Butler (2013). Podemos perceber o eco destas afirmações, por exemplo, com a expressão “tá de chico”, que surgiu de forma recorrente no corpus da pesquisa, para referenciar as pessoas menstruadas, numa comparação com o chiqueiro onde vivem os porcos para abate.

Ao afirmar que “os discursos habitam corpos, eles se acomodam em corpos; os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue” (Judith Butler, in Ponto de Vista, 2020), Butler não se referia diretamente à menstruação, mas aos binarismos de gênero. Tal expressão sintetiza de forma profunda os estigmas localizados na pesquisa, que deram origem a sete categorias que denotam preconceitos distintos, porém interconectados.

Os aspectos biológicos e físicos tecem a cultura e também são tecidos por ela, assim como as relações de poder que condicionam as existências à dualidade ocidental. A América Latina é marcada pela colonização de caráter exploratório, tendo 90% de sua população vítima de genocídio com a sua “descoberta” pelos “conquistadores”, oriundos de uma cultura eurocêntrica, patriarcal, imperialista. De acordo com Aníbal Quijano (2005), “eurocentrismo não é exclusivamente, portanto, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia” (Aníbal Quijano, 2005, p. 74-75).

Na maioria das culturas, das ancestrais às contemporâneas, a terra é vista como feminina por gerar, nutrir e acolher a vida em todo seu ciclo vida-morte-vida. E que atualmente, com a predominância da cultura capitalista, eurocêntrica e patriarcal, o ser humano tem vivido a negação da sua natureza, não se enxergando como parte dela e sim como algo superior a tudo que vem dela. “O vínculo dos índios americanos com a terra, com as religiões locais e com a natureza sobreviveu à perseguição devido principalmente à luta das mulheres, proporcionando uma fonte de resistência anticolonial e anticapitalista durante mais de quinhentos anos” (Sílvia Federici, 2017, p. 382).

Esta visão antropocêntrica, segundo a autora, justifica a relação doentia em que a humanidade tem se relacionado com o que categoriza como feminino e inferior, seja ele a terra, as mulheres ou mesmo as pessoas que não se enquadram na cisheteronormatividade. A autora defende também que a mulher, ao se aproximar da natureza, é demonizada, e a menstruação cumpre papel essencial na construção desta imagem (FEDERICI, 2017). O poder, segundo Quijano, é uma “malha de relações de exploração/dominação/conflito que se configuram entre as pessoas na disputa pelo controle do trabalho, da ‘natureza’, do sexo, da subjectividade e da autoridade (Quijano, 2005, p. 100).

A falta de aceitação do diferente e a cosmovisão que coloca o homem cisgênero⁴ heterossexual⁵ branco no topo do poderio do mundo é um marco para as relações de poder patriarcais e colonialistas que formam as identidades de uma mulher colonizada. Tal depreciação do diferente, conforme se percebe, mantém-se ao longo dos anos através de roupagens diferentes, mantendo sempre os donos do poder com o Brasil em mãos, revelando estruturas coloniais e patriarcais que afetam o sujeito mulher e moldam suas diversas e complexas identidades na sociedade brasileira.

Colonialidade de gênero imposta a menstruantes

De acordo com Quijano (2005), a colonialidade é um dos pilares para o padrão mundial do poderio capitalista, justamente pelos atravessamentos de gênero, raça, classe, (Angela Davis, 2016) território, idade, que tensionam e estruturam este sistema hierárquico piramidal. O papel de gênero feminino imposto ao sexo feminino, tensionado por outros marcadores sociais da diferença, demonstra a cisheteronormatividade binária oriunda do colonialismo, baseada na subalternização da figura feminina com base em argumentos religiosos e em sua percepção hierarquizada que inferioriza tanto a natureza quanto o feminino.

Segundo Federici (2017), a caça às bruxas foi a primeira perseguição, na Europa, que usou propaganda multimídia com o objetivo de gerar uma psicose em massa entre a população, espalhando boatos de possessão pelo diabo e debilidades morais e mentais associadas às pessoas com útero: “Uma das primeiras tarefas da imprensa foi alertar o público sobre os perigos que as bruxas representavam, por meio de panfletos que publicizavam os julgamentos mais famosos e os detalhes de seus feitos mais atrozes” (Federici, 2017, p. 299).

Questionar esta dualidade feminino x masculino também foi um trabalho realizado por Butler (2003), ao criticar o feminismo, por ser totalmente estruturado na dualidade do feminino versus masculino, fixando a identidade de mulher ou mesmo mulheres. A própria autora reconhece que sua crítica é perigosa para a luta feminista, podendo resultar no seu esvaziamento epistemológico. Entretanto, compreendemos como interessante para a reflexão, uma vez que as identidades são um construto sociocultural e, portanto, as

⁴ *Cisgênero* é um termo designado para pessoas que se identificam com o gênero imposto ao sexo biológico de nascimento, como pessoas do sexo feminino que se identificam como mulheres (Butler, 2003).

⁵ Orientação sexual caracterizada por atração romântica e/ou sexual entre pessoas do sexo oposto, sendo a relação entre homem e mulher (Butler, 2003).

construções contrastantes homem x mulher são uma herança eurocêntrica amplamente disseminada.

Greta Gaard (2011) evidencia que sujeitos identificados como mulheres, queer, pessoas não brancas e a natureza sofrem opressões interligadas por uma lógica dual. A autora também ressalta que relações não binárias são naturais, até mesmo fora da espécie humana, com comportamentos homossexuais identificados tanto pelo sexo feminino quanto pelo masculino. Mesmo que não sejam reconhecidas pela cultura eurocêntrica e negadas pela Igreja Católica, aponta que a heterossexualidade é naturalizada dentro desta cultura, e também normatizada dentro dos preceitos morais e civis de muitas sociedades.

A partir de tal percepção, é possível observar as intersecções das opressões ocasionadas pela complexidade de entrecruzamentos de violências vividas por mulheres brancas, negras e indígenas. A aproximação das pessoas com útero com a natureza segundo a visão colonial e patriarcal também ganha um olhar mais abrangente ao se perceber o especismo também como um mecanismo de dominação empregado na opressão ao feminino.

Os ecofeminismos decoloniais surgem neste contexto, relacionando as opressões associadas às hierarquias produzidas através das relações de poder, posse e dominação. Esta vertente de pensamento que se alia à ecologia sob o prisma do gênero, enfatizando ainda o recorte da opressão vivida pelos países do Sul-Global, via de regra colonizados pelos países do Hemisfério Norte. Os ecofeminismos, associados aos estudos decoloniais, defendem a quebra da hierarquia e das relações de poder que envolvem oprimido e opressor, revelando, portanto, a violência estrutural e mostrando os seres dentro da sua diversidade, um ao lado do outro, em equidade e lutando pelo fim de todas as formas de opressão de maneira conjunta, sem deixar de lado a singularidade de cada ser e suas lutas interseccionais. Conforme o artigo A Perspectiva dos Funcionamentos: Entroncamentos entre ecofeminismo, do livro Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais:

ecofeminismo e feminismo decolonial são – apesar de originados em pontos diferentes do globo – associáveis por meio de uma percepção de que a colonização não funciona sem a exploração da natureza e a exploração da natureza não funciona sem a colonização dos povos que habitam determinadas regiões. Que regiões são essas? Justamente as regiões tropicais. Os chamados países do Sul compõem a massiva população explorada nas regiões tropical e subtropical. Estamos tentando propor ou evidenciar algo que não é difícil de ser compreendido, mas que normalmente não é trabalhado de forma unificada (Maria Clara Dias; Suane Soares; Leticia Gonçalves, apud Daniela Rosendo, 2019)

A perspectiva apresentada, em sua crítica à hegemonia do pensamento moderno-ocidental, ocasionada pela postura etnocêntrica do ser humano, que é a origem para todas as formas de opressão, perpetuando uma hierarquia de saberes que se mostra presente “nas instituições, vocabulário, saberes, imagens, doutrinas, etc” (Dias; Soares; Gonçalves, apud Rosendo, 2019).

Discorrer acerca da hierarquização dos saberes é essencial para se compreender o processo de construção da identidade de mulher e supressão dos saberes que lhes eram próprios antes da perseguição colonial, patriarcal e também religiosa. Uma vez que as teorias ecofeministas e decoloniais evidenciam as supressões dos saberes oriundos dos grupos oprimidos, a pessoa com útero se encaixa neste quadro de opressão, visto que o fato de menstruar a torna mais próxima do “selvagem”, algo que ciclicamente reforça este estigma que é utilizado para oprimir, como a história revela com as inquisições e a ainda legitimada caça às bruxas (Federici, 2017).

A violência estrutural é comum à formação da identidade de todas as mulheres, tendo em vista a opressão que tece as roupagens de uma feminilidade. Mulheres estas que vivem em um país com um amplo território, cujos nativos seguem até hoje sendo aniquilados, explorados, aculturados, local que foi cenário para a escravização do povo negro. Um país que foi vendido como paraíso durante as guerras mundiais, tornando-se o refúgio de europeus e também o depósito de órfãos e presos vindos da Europa, em especial mulheres brancas, na tentativa de branquear o país. Um país marcado pela diáspora e pela colonização eurocêntrica, que é celeiro para a miscigenação e mestiçagem, não contempla uma única identidade, quesito essencial para a concepção de nação, sendo esta a própria diversidade e pluralidade.

As teorias ecofeministas e decoloniais inserem também o capitalismo como força-motriz do controle do trabalho dentro desta lógica de opressão a tudo o que é visto como feminino, passivo e portanto, inferior. A partir das lentes do ecofeminismo decolonial, que visa romper com a história única, com divisões binárias e opressões, abre-se espaço para uma série de identidades até então não abarcadas pelas teorias que antecedem os estudos pós-coloniais. A menstruação é reconhecida de formas distintas, de acordo com a cultura, passando das que vêem o sangue como sujo às que endeusam o processo do ciclo menstrual. Entretanto, com a colonização, imperialismo, patriarcado e capitalismo, a relação com a menstruação passou a ser tratada em seu âmbito puramente biológico no que tange à ciência, e biologizante no que tange aos idealismos, ignorada no seu contexto

cultural. Tal afastamento da natureza se deu a partir da industrialização e também do avanço da medicina como uma profissão masculina, e a supressão das parteiras e sabedoria ancestral feminina, herança das sociedades matrilocais ou que tinham uma relação equilibrada entre os papéis masculino e feminino, ou formas de organização diferentes da família nuclear e binarização.

Discorrer sobre a descolonização⁶ e o resgate da natureza cíclica é uma maneira de chamar a atenção para o cerne desta discussão no que tange a natureza cíclica das pessoas com útero – a própria dualidade feminino & masculino. Os ecofeminismos decoloniais dialogam sobre as mulheres colocando a questão do gênero como central em todas as relações de opressão e exploração não só humanas, mas também com os demais seres vivos e o planeta. Com isso, os marcadores interseccionais para relações humanas como raça, classe social, religião, capacitismo passam a incluir o especismo também nesta discussão, bem como todas as expressões de vida e recursos naturais existentes no universo (Gaard, 2011).

Esta perspectiva dualística é facilmente compreendida na questão territorial, considerando que o planeta possui formato esférico com achatamento nos polos, a questão de Hemisfério Norte e Hemisfério Sul já revela hierarquias e polaridades, sendo o Norte o que fica acima e o Sul o que fica abaixo, sendo passível, portanto, de ser explorado. E esta dualidade, do *bem x mal*, *mulher x homem*, *feminino x masculino*, *norte x sul*, *selvagem x colonizador*, *racional x erótico*, *divino x demoníaco*, *pecaminoso x virtuoso*, *claro x escuro*, *pobre x rico*, entre outras, é justamente a crítica de Gaard (2011) quando defende a adoção de um ecofeminismo *queer*, descolonizado de suas polaridades, uma vez que o pensamento binário do feminino e do masculino é apenas uma amostra de toda uma cosmovisão eurocêntrica totalmente estruturada no contraste, que por sua vez elenca as opressões sofridas por mulheres, por sexualidades *queer*, pessoas não brancas e por toda a natureza.

Os gêneros não binários são expressivos dentro das culturas ameríndias e fogem à regra do binarismo, com tribos que reconheciam de três até cinco gêneros diferentes⁷.

⁶ Eduardo Restrepo e Axel Rojas (2010, p. 16-17) explicam que, da mesma forma que é preciso fazer uma distinção analítica entre colonialismo e colonialidade, não se deve também confundir descolonização com decolonialidade. A descolonização é a busca pela superação do colonialismo, termo associado às lutas anticoloniais, que ocasionou a independência política das antigas colônias. Já a decolonialidade é um processo que busca transcender historicamente a colonialidade, sendo portanto Um projeto mais profundo com vista na subversão do padrão de poder colonial.

⁷ Online. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/antes-da-chegada-dos-cristaos-europeus-nativos-norte-americanos-reconheciam-5->

Gaard (2011) evidencia que sujeitos identificados como mulheres, sexualidades *queer*, pessoas não brancas e a natureza sofrem opressões interligadas por uma lógica dual. A autora também ressalta que relações não binárias são naturais, até mesmo fora da espécie humana, com comportamentos homossexuais⁸ identificados tanto pelo sexo feminino quanto pelo masculino. Mesmo que não sejam reconhecidas pela cultura eurocêntrica e negadas pela Igreja Católica, aponta que a heterossexualidade é naturalizada dentro desta cultura, e também normatizada dentro dos preceitos cristãos e civis de muitas sociedades.

O pensamento de Lara Owen (2019), de que o homem travou uma luta especialmente contra a sua própria natureza, como se estivesse acima dela, em um pedestal, é uma perspectiva que as teorias ecofeministas decoloniais também defendem. Como a estudiosa Vandana Shiva (2003) postula, em sua obra *Monoculturas da Mente*, afirmando que o modo de pensar da sociedade atual é, também, um território colonizado. Segundo a pensadora e ativista, a partir do momento que, ao nos depararmos com a diversidade que faz parte da abundância da própria natureza, negamos a sua existência ou mesmo fazemos de tudo para escondê-la, naturalizamos uma série de véus da ignorância. Ou seja, estruturas antigas do colonialismo que seguem firmando barreiras cada vez mais verticalizadas neste jogo em que poder e saber estão intimamente relacionados. Conforme explana, "o saber dominante também é produto de uma cultura particular" (Vandana Shiva, 2003, p. 22).

Butler (2003) corrobora com o pensamento de Shiva (2003), de que além do território físico ou biológico, a mente é também colonizada, ao criticar os binarismos de gênero também no que tange a metafísica. A estudiosa defende que não são só características físicas atribuídas à identidade de mulher, mas também há questões que alcançam planos que transcendem a matéria, como a substância essencial dos indivíduos.

Butler (2003) compreende o gênero como um fenômeno inconstante e contextual, ou seja, que denota “mais um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes”; cabe aqui, portanto, ressaltar que dentre a pluralidade de etnias indígenas existente no continente, há registros de cosmovisões que compreendiam em suas configurações identitárias a diversidade de

generos/#:~:text=Segundo%20o%20site%20Indian%20Country,que%20hoje%20chamar%C3%ADamos%20de%20transg%C3%AAnero.>. Acesso em: 05 mai. 2020.

⁸ Orientação sexual caracterizada por atração romântica e/ou sexual entre pessoas do mesmo sexo, sendo a relação entre homem e mulher (Butler, 2003).

gêneros, em relações baseadas na horizontalidade e não à opressão e supressão do diferente, sendo a cosmovisão binária trazida junto da colonização.

Vandana Shiva⁹ defende também que a mídia é uma das principais ferramentas para a popularização de saberes monoculturais, a exemplo disso, está sua recente obra *Unidade contra o 1%: Quebrando Ilusões, Semeando a Liberdade*, em que critica as multinacionais e os grandes bilionários como Bill Gates, dono da Apple, e Mark Zuckerberg, proprietário do Facebook, Instagram e WhatsApp. Tal crítica se refere aos financiadores do caos instaurado na contemporaneidade, o que chama de colonização da mente. Segundo ela, tal fenômeno se dá através das propagandas massivas, telejornais, entre outros, que são ferramentas utilizadas para retirar o corpus desta pesquisa, através da cristalização de discursos alicerçados nestes meios. E ela ainda apresenta exemplos, como a Revolução Verde e as suas feridas no ecossistema africano, com a manipulação, apropriação e capitalização sementes, tornando a comunidade de agricultores refém de um sistema aprisionador, opressor e nocivo para o meio ambiente e para a saúde do globo.

As regiões do Sul Global são, segundo Shiva, as mais vulnerabilizadas pela colonização e seus desdobramentos, que a partir da monocultura das sementes tiveram seus rios secos, seus bolsos esvaziados, alimentos envenenados e suas florestas desmatadas. O fato ocorre na Amazônia, que segue sendo queimada, desmatada, para plantio de monoculturas transgênicas que servem para alimentar o gado, que nem será consumido pelos brasileiros – esta estrutura deixa nítido o fato de que os recursos naturais do Brasil seguem sendo explorados. “São empresas que valem trilhões de dólares e que estão financiando a queima da Amazônia. Eles querem negociar as funções da natureza e isso chama-se “financeirização”, afirma Vandana Shiva (2020).

A capitalização e centralização do poder sobre a terra impacta direta e indiretamente os corpos com útero, mais vulneráveis à fome, pobreza e violências, também vistos como territórios para gerarem lucro. A exemplo disso, Adams, com a obra *A Política Sexual da Carne*, publicada no Brasil em 2018, abre os olhos das feministas para o veganismo¹⁰, ao abordar a opressão de gênero muito além da espécie humana, com o que chama de proteína feminilizada, ao passo que o leite é oriundo do estupro

⁹ Entrevista online. Disponível em: <<https://www.fronteiras.com/entrevistas/vandana-shiva-da-colonizacao-das-sementes-a-colonizacao-da-mente>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

¹⁰ *Veganismo* é um movimento político que luta pela libertação da exploração animal. Transcende a não ingestão de carne ou proteínas feminilizadas (laticínios, ovos e seus derivados), versando sobre uma posição de resistência ao carnismo, especismo e ecologia, se refletindo também nas relações humanas, considerando que o carnismo, assim como a opressão e dominação a tudo que se enquadra como inferior, é um hábito dos que ocupam as mais altas posições de poder na lógica hierárquica das relações (Adams, 2019).

sistemático de vacas. Seres que após viverem essa violência, têm seus filhotes retirados para virarem vitela do churrasco e seguem produzindo leite para consumo humano, e das galinhas, escravizadas para a produção de ovos. A autora também chama a atenção para a questão do referente ausente¹¹, ao associar o prazer associado ao carnismo¹² e à objetificação do corpo feminino visto como uma incubadora de seres humanos e/ou exclusivamente como depósito de sêmen, pois há um esvaziamento do ser animal e do ser mulher nestas opressões, tanto que “a carne” é um sujeito feminino dentro da língua portuguesa.

Se o sangue menstrual é o único que não vem da violência, e mesmo assim a sociedade tem nojo, é preciso ressaltar que este sangue pode não ser fruto da opressão, mas é um agravante para a vulnerabilidade. Segundo a ONU Mulheres¹³, 12,5% das mulheres cisgêneras e também homens trans e pessoas não binárias vivem a pobreza menstrual no mundo. Por pobreza menstrual, a ONU e UNICEF consideram a dificuldade de acesso a recursos materiais para lidar com o período menstrual, como absorvente, banheiro, água potável, saneamento básico, entre outros. A instituição também ressalta que só no Brasil, cerca de 26% das meninas entre 15 e 17 anos também vivem a pobreza menstrual, utilizando até mesmo miolo de pão para estancar o sangue, como o caso de presidiárias e de pessoas livres também, que são afastadas de suas escolas, da possibilidade de trabalhar, por não terem acesso à higiene durante o período. Tal situação as coloca, também, como vítimas ainda mais vulneráveis de um sistema moldado para o homem cisgênero heterossexual branco, numa espécie de prisão domiciliar.

Além de pessoas com útero menores de idade, há outro grupo que vivencia situação de violação de direitos básicos para menstruar - as pessoas encarceradas no Brasil. Tal realidade é denunciada na tese de doutorado de Nana Queiroz, que deu origem ao livro *Presos que Menstruam* (2015). O sistema carcerário brasileiro oferece situação

¹¹ O referente ausente é um termo que evidencia a influência do uso da língua para a normatização de uma cultura patriarcal e carnista. Ele também faz referência à intersecção do feminismo com o veganismo, ao demonstrar que animais são frequentemente retratados com traços femininos e mulheres são frequentemente retratadas com traços animais para que seus corpos sejam consumidos pelos homens (Adams, 2018).

¹² *Carnismo* é uma ideologia que justifica a matança de certas espécies de animais para consumo de sua carne, visto que em certas culturas alguns animais são permitidos e outros não, e vice-versa, trazendo o conceito de que uns são para comer e outros para amar. A exemplo disso está a vaca, amplamente explorada no Brasil, mas sagrada na Índia. Trata-se, portanto, de um sistema de crenças que defende o consumo da carne ou por opção de paladar, ou por acreditar que seu valor nutricional é insubstituível, sem ir a fundo e refletir sobre a questão (Joy, 2014).

¹³ Online. Disponível em: <<https://www.ecycle.com.br/3989-absorvente-impactos-ambientais>>. Acesso em 20 jun. 2024.

de violência a respeito da condição insalubre em que as pessoas que menstruam são submetidas ao não terem nem absorvente para usar ou mesmo banheiros. Optamos por fazer uso do termo dignidade menstrual em detrimento de pobreza, no intento de reafirmar a luta por direitos equânimes e não reforçar o lugar de precariedade para o qual menstruantes são empurradas historicamente com o cerceamento de saberes envolvendo o período.

A Índia também é um país localizado no Sul Global em que a incidência da falta de dignidade para menstruar ocorre em larga escala, conforme é retratado no documentário *Absorvendo o Tabu*¹⁴, que ganhou o Oscar em 2019. E o mesmo ocorre com as pessoas menstruadas que são isoladas da sociedade por sua natureza cíclica ser considerada sinônimo de impureza e doença, na Índia¹⁵. Este caso de uma mulher nepalesa que morreu queimada junto de seus filhos em uma cabana isolada e fechada por estar menstruada, que fez uma fogueira para aquecer a família do frio intenso, sendo obrigada a permanecer lá até o período passar e, como não tinha ninguém para deixar os filhos, teve de isolá-los junto. Acabou dormindo, a cabana incendiou e todos morreram. A situação de morte por isolamento ou até mesmo assassinato de pessoas menstruadas na Índia é comum e, se tratando de um país do Sul Global, colônia de exploração europeia, tem formas de opressões similares no que tange ao capitalismo e imperialismo em terras ameríndias, sistemas de dominação estes que acabam se somando aos já existentes nas concepções culturais indianas.

Segundo pesquisa realizada pela marca de absorventes descartáveis Sempre Livre em 2018, 22% de adolescentes entre 12 a 14 anos afirmaram não terem acesso a produtos seguros para menstruação por falta de dinheiro ou por difícil acesso a farmácias, e a pesquisa informa que estes dados se alarmam conforme outras opressões se cruzam, como a homofobia¹⁶, a erotofobia¹⁷, racismo¹⁸, classismo¹⁹. Nesta perspectiva, o fato de

¹⁴ Documentário da Netflix. Disponível em: <www.netflix.com.br>. Acesso em 20 jun. 2020.

¹⁵ Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2019/01/mulher-nepalesa-exilada-por-estar-menstruada-morre-ao-lado-de-seus-dois-filhos/>>. Acesso em 05 dez.2020.

¹⁶ *Homofobia* é a aversão ou horror a atitudes homossexuais, bissexuais ou que não se enquadram nos moldes binários e patriarcais de relação sexual, de gênero ou relacionamento (Greta Gaard, 2011).

¹⁷ *Erotofobia* é a fobia de tudo que é erótico, aversão ou horror ao ato sexual (Gaard, 2011).

¹⁸ *Racismo* é uma ideologia que se estabelece na hierarquia entre raças, considerando uma raça superior cultural, moral e biologicamente, que se sente por isso no direito de dominar outras (Davis, 2016).

¹⁹ *Classismo* é um termo empregado para designar o preconceito ou discriminação com base na lógica do sistema social hierárquico de classes. Inclui atitudes, comportamentos coletivos e individuais que mantêm a ordem de dominação das classes altas, mais ricas, sobre as classes baixas, com menos poder aquisitivo (Gaard, 2011).

menstruar se torna mais uma barreira dentro de um mundo patriarcal, capitalista, que cobra ao longo da vida de uma pessoa que menstrua até R\$ 6 mil reais em absorventes descartáveis, que contêm componentes que podem causar câncer, e poluem o meio ambiente. Uma pessoa com útero pode gerar um descarte aproximado de 10 a 15 mil unidades de absorventes entre a menarca e a menopausa²⁰, sendo que no Brasil ainda não existem recursos que reciclam este material, gerando uma série de violências.

Desde 2014 a Organização das Nações Unidas (ONU) considera essencial o combate à pobreza menstrual. Mas, somente em 2021 o Brasil avançou significativamente com a pauta, com a instituição da lei que instituiu parcialmente Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual (14.214/21). Em 08 de março de 2023, simbolicamente no Dia Internacional da Mulher, o trecho vetado pelo antigo presidente Jair Bolsonaro, que prevê a distribuição gratuita de absorventes higiênicos para estudantes carentes do ensino fundamental e médio, mulheres em situação de vulnerabilidade e presidiárias, foi derrubado pelo presidente atual, Luís Inácio Lula da Silva. O ‘Programa de Proteção e Promoção da Dignidade Menstrual’ estima beneficiar cerca de 8 milhões de pessoas, com o investimento de R\$ 418 milhões por ano na compra de absorventes e ações básicas relativas à promoção da dignidade menstrual. Em 2024, houve o reforço da distribuição do item de higiene nas farmácias populares de todo o Brasil.

A lei nacional foi trazida como um marco, mas diversas leis, entre tentativas reprovadas e aprovadas, dominaram o cenário político de municípios e estados brasileiros. Todas pautaram a dificuldade de acesso ao absorvente, produto capitalizado que é essencial numa sociedade que não comporta as necessidades de menstruantes, perpassando não só um empobrecimento material, mas o cerceamento dos saberes sobre o funcionamento do próprio corpo e o período menstrual. Também deve ser considerada uma violência usar produtos menstruais com componentes químicos que podem causar câncer de colo de útero e também fazem o sangue menstrual adquirir um odor forte como os absorventes descartáveis, bem como a poluição da natureza com os absorventes descartáveis que não podem ser reciclados.

Vandana Shiva (2003) defende que as lutas diversas sobre preconceitos se entrecruzam e ocupam a mesma estrutura antropocêntrica, colonizadora e patriarcal, que afasta o humano da natureza: “A minha mente sempre esteve evoluindo. Mas não mudei

²⁰ *Menopausa* é o termo utilizado para referenciar pessoas com útero que estão passando pelo término de sua fase fértil, quando a menstruação para de acontecer (Owen, 2019).

os princípios fundamentais do meu pensamento: nós dependemos da natureza, não somos superiores à natureza"²¹, afirmou Vandana Shiva em entrevista publicada no site Fronteiras.

Gayatri Spivak (2010) contribui, abordando a questão do rompimento da história única, considerando-a uma violência epistêmica. Esta, por sua vez, foi ganhando caráter cada vez mais naturalizado dentro das relações de poder que foram se estabelecendo. A autora problematiza o sujeito subalterno, que são as camadas mais baixas da sociedade, excluídas dos direitos dentro da sociedade capitalista e patriarcal, que são dois alicerces essenciais para o colonialismo. E tal violência se percebe ao observar a história das mulheres negras, a partir das contribuições da militante e intelectual Angela Davis, com sua pesquisa que expõe as mazelas da escravidão, apresentando os marcadores gênero, raça e classe. Muitas mulheres arriscaram as próprias vidas para que suas filhas pudessem estudar, negando a teoria de que as pessoas negras e também as mulheres são intelectualmente inferiores em relação aos homens e também em relação aos brancos (Angela Davis, 2016, pg. 109).

O sentimento de posse colonialista, a hiperprodutividade e a necessidade de ter sempre mais era colocada em cheque quando os colonizadores entravam em contato com formas diferentes de ver o mundo, como os nativos ameríndios e africanos, que viviam de forma comunitária e não enxergavam as fronteiras que os brancos impunham sobre a terra. Spivak (2010) elucida a respeito da hierarquização dos saberes, com a dominação da cultura eurocêntrica e aculturação de outros povos no processo de expansão imperialista e colonial, trazendo à tona a inexistência de um sujeito único, entretanto, a dificuldade de narrativas vindas de grupos menos expressivos porque são oprimidos pelo próprio sistema, que os nega a partir de seu discurso. Esses seriam então os sujeitos subalternos, que nunca são ouvidos ou levados a sério justamente por seu corpo e linguagem serem um discurso que não é aceito dentro das estruturas sociais vigentes (Spivak, 2010).

Caminho metodológico

Para localizar os estigmas que envolvem a menstruação, a pesquisa que integrou o processo de mestrado da primeira autora, foi organizada em duas etapas que ocorreram

²¹ Entrevista online. Disponível em: < <https://www.frenteiras.com/entrevistas/vandana-shiva-da-colonizacao-das-sementes-a-colonizacao-da-mente>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

nos anos de 2019, 2020 e 2021. Na primeira, foi produzido um mapeamento de referências midiáticas (posts de redes sociais, revistas, sites, documentários, entre outros) que pautaram aspectos culturais da sociedade com a menstruação, por meio da Bricolagem (Marcos Garcia Neira; Bruno Gonçalves Lippi, 2012). Posteriormente, com inspiração no método de Análise de Conteúdo de Lawrence Bardin (2011), o material midiático coletado foi analisado com o objetivo de localizar categorias de conteúdo tendo como foco noções que remetessem a discriminação ou preconceitos. Foram localizadas sete categorias de acordo com as recorrências: Nojo ou sujo; Desconforto e falta de aceitação; Instabilidade e selvageria; Indisposição e Inutilidade; Doença ou Maldição; Vergonha e Silenciamento; Feminilidade.

Na segunda etapa, foram apresentados conjuntos de amostras do material midiático coletado em uma sensibilização/formação específica sobre os estigmas da menstruação junto ao corpo docente das séries finais de uma escola pública de ensino fundamental de Novo Hamburgo/RS, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfina Diefenthaler, formado por cerca de 30 participantes entre professores/as da escola e investigadores/as do Criança na Mídia. Considerando o contexto pandêmico com a necessidade de distanciamento físico em função da pandemia Covid-19, foram realizados quatro encontros virtuais de duas horas, no segundo semestre de 2020.

Levar a discussão para professores/as da rede pública municipal de ensino teve o propósito de aprofundar e ampliar a discussão com foco nas infâncias e adolescências, visto que, segundo pesquisa desenvolvida pela Sempre Livre (2018), 25% das brasileiras entre 12 e 17 anos não têm acesso a itens de higiene durante o período menstrual, faltando a escola por até 45 dias ao ano.

Os depoimentos dos/as participantes foram transcritos e analisados para estabelecer cruzamentos entre as falas que emergiram nos encontros, os estigmas localizados nas mídias e os referenciais que dão sustentação teórica à discussão.

Estigmas que vazam na mídia e na escola

Diversos dos materiais midiáticos e também discursos dos docentes se enquadraram em mais de uma categoria, revelando um ou mais estigmas em seus conteúdos. Para este artigo, procuramos organizar de forma mais sucinta e objetiva no sentido de trazer contribuições para a elaboração de ações em prol da dignidade menstrual, como os emergentes debates sobre a temática que têm perpassado a criação de leis e políticas públicas. Consideramos uma temática urgente abordar a pobreza de

conhecimento para além da pobreza material para promoção da dignidade menstrual. Levar o debate para a escola é uma forma de fomentar o debate e quebrar os tabus envolvidos na temática, trazendo à tona situações silenciadas como a falta à escola por falta de absorvente e também por vergonha.

A categoria 1, *Nojo ou sujo*, se estruturou no preconceito de que o sangue menstrual é nojento, sujo e impuro. A imagem a seguir evidencia o conceito de “referente ausente” de Adams (2018), mas num contexto de repulsa pelo fato de a menstruação ser um excremento que vem de corpos humanos feminilizados com útero que, na condição de menstruados, se aproximam de porcos por estarem “sujos”:

FIGURA 1: Post do Facebook Mídia Ninja



Fonte: Facebook/Mídia Ninja

Butler (2003) e Mary Douglas (1969) abordam essa reação de nojo diante dos fluídos corporais. Essa percepção também foi reforçada por um professor durante a sensibilização, a respeito da menstruação, afirmando que “[...] há uma certa repulsa com o que sai do corpo humano; um cabelo ele é cheiroso na cabeça, e nojento na comida, ao meu ponto de vista e as pessoas que eu conversei sobre essa questão, não sei se ela chega a ser um tabu”. Butler (2003) conta com os estudos de Mary Douglas, em *Pureza e Perigo* (1966) quando esta apresenta o “corpo como um modelo que pode simbolizar qualquer sistema delimitado. Suas fronteiras podem representar qualquer fronteira ameaçada ou precária” (Mary Douglas, apud Butler, 2003, p. 189). Mary Douglas (1966, p. 33), profere que diante das mais variadas estruturas culturais, “o impuro, o poluente, é aquilo que não pode ser incluído se se quiser manter esta ou aquela ordem”.

O sangue menstrual é uma marca das pessoas com útero, que por sua vez são dentro dos moldes patriarcais e coloniais, educadas para seguir o papel feminino dentro das

relações de gênero. Ele serve como um aviso de que estas fronteiras de público e privado estão em risco e, por ser um ato que está além do controle humano, é atribuído à selvageria. Outra expressão que ocupou espaço de destaque na discussão, foi “Tá de Chico”.

O termo representa a intersecção do machismo, sexismo e especismo sobre a categoria de mulher, e eleva a discussão a respeito do nojo dos fluídos corporais, já endossada com as teorizações de Butler (2003). “Chico” é uma referência a chiqueiro e, portanto, algo sem modos e nojento como os porcos e que, portanto, deve se manter recluso, distante, conforme a fala de uma professora: “eu ouvia muito na época de faculdade “ela tá de Chico” e jamais eu sabia que tinha o sinônimo de porco né, olha que ridículo isso, se a gente for pensar, né; e às vezes a gente ria das piadinhas sem nem saber o real significado”.

É neste contexto que percebemos o estigma do nojo e sujo fortemente atrelado ao que a escritora Carol Adams chama de Política Sexual da Carne, publicado pela primeira vez no Brasil em 2012, em sua obra homônima, revelando um contexto de repulsa e objetificação especista, pelo fato da menstruação ser um excremento que vem de sujeitos com útero e consequentemente associados à identidade de mulher, que por si só, já simboliza subalternidade. “A política sexual da carne é também a presunção de que os homens precisam de carne e têm direito a ela, como também que o consumo de carne é uma atividade masculina associada à virilidade”. Adams (2018) traça os paralelos da opressão machista e especista, escancarando a inter-relação e retroalimentação destas opressões no que tange o corpo feminilizado, tendo como objeto de análise propagandas de carne que sexualizam e dão características feminilizadas os “animais” para torná-los atraentes ao público-alvo, masculino, cisgênero, heterossexual e também, geralmente, branco.

A aproximação dos corpos menstruados com os porcos revela também a relação de poder que inferioriza a mulher, já subalterna em relação ao homem, colocando-a no mesmo patamar de porco, um dos seres mais oprimidos pela cultura do carnismo. Propor práticas antiespecistas e anticarnistas é, portanto, uma questão de igualdade de gênero que não se reflete somente na exploração dos animais, mas também seus resquícios são percebidos nas relações humanas. O especismo, alicerçado na ideologia de gênero, também se reflete para reforçar a ideologia de gênero no que tange à misoginia. “A igualdade não é uma ideia; é uma prática. Nós a exercemos quando não tratamos como objetos outras pessoas ou outros animais” (Adams, 2018).

A necessidade de tirar o sangue menstrual da esfera do público é algo notável, por exemplo, nos frequentes avisos em banheiros públicos femininos, alertando pessoas menstruadas a enrolarem seus absorventes, conforme o relato de uma professora durante a sensibilização:

E quando a gente vê aqueles recados nos banheiros [...] Não tá escrito “enrole o seu cocô”, “não mostra o seu cocô” e ninguém precisa ver o seu cocô. Mas o sangue ninguém pode ver né, ninguém pode ver um absorvente aberto. (Professor/A, 2021)

O exemplo trazido pela professora evidencia que o nojo impregnado na sociedade a respeito da menstruação vai muito além da aversão aos demais fluidos corporais. Ele vem de um corpo feminino, subalterno, inferior dentro da lógica patriarcal e colonial. Um corpo selvagem que deve se manter dentro da esfera privada para ser controlado, servindo apenas para a manutenção da sociedade colonial e patriarcal. Estas são as “regras” quando as “regras” chegam.

O nojo da menstruação e a sua necessidade de ocultá-lo da esfera pública também fica evidente ao notar que as propagandas de absorvente tradicionalmente mostram um líquido azul para representar o sangue menstrual. A marca de absorventes Íntimus, que pertence à Unilever, em 2019, lançou uma campanha nacional chamada Chega de Estigma, que contou com uma intervenção junto ao público que transitava pela Avenida Paulista, em São Paulo/SP. A intervenção propôs trazer os estigmas e tabus que cercam o tema no interior da caixa, entretanto, uma breve observação sobre público e privado fica evidente com esta iniciativa, que, apesar de buscar trazer o tema da menstruação para a rua, este assunto só foi legitimado no interior de uma caixa, mantendo, então, a menstruação como um assunto de bastidores, literalmente, envolto em uma redoma de proteção. Além disso, vale notar que essa mesma marca de absorventes segue produzindo embalagens com o gel azul ao invés de demonstrar o sangue das cores que ele realmente tem – variações de rosa, vermelho e até mesmo marrom.

A categoria 2, Desconforto e falta de aceitação referencia o corpo menstruado que é negado pelo sistema vigente, moldado por e para corpos heterossexuais, estáveis e produtivos. Um ciclo menstrual regulado, sem cólicas, desconfortos ou com um fluxo suave não é a realidade para muitas pessoas que menstruam, embora esta visão romantizada seja sempre reforçada pelas propagandas de absorvente, que insistem em representar mulheres se divertindo, alegres e com roupas brancas, como se nem estivessem menstruadas.

A menstruação é como se fosse uma ferida aberta para as pessoas com útero, surgindo como um empecilho para a convivência social, já que esta não é aceita na esfera pública. Trabalhar, estudar, sair de casa para qualquer compromisso social, para algumas pessoas, é complexo durante o período por diversas formas, entre elas, pela questão da pobreza e também a não aceitação da menstruação na esfera pública, que ocasiona o tolhimento do sujeito feminino de diversas atividades durante o período. O tolhimento dos corpos menstruados ocorre também por parte das próprias pessoas que menstruam diante da compreensão de que a menstruação é algo “vergonhoso”. Surgem a partir daí, conforme relatos dos participantes da sensibilização, o medo de fazer educação física e vaziar a menstruação, ou mesmo lembranças da proibição familiar na adolescência para fazer um bolo ou uma maionese porque eles poderiam estragar caso a menina estivesse menstruada.

Talvez possamos pensar que uma sociedade que foi moldada para abrigar como fortes somente os corpos do sexo masculino, obviamente faz com que as pessoas menstruadas se sintam deslocadas, tolhidas de sua liberdade para ir e vir em espaços públicos. Tal constrangimento é uma dor que transcende uma cólica ou dor de cabeça por menstruar, se tornando em uma dor emocional, chegando ao ponto de questionar “É preciso menstruar todo mês?”, como exemplifica a manchete da Revista Marie Claire de 2020.

Na categoria 3, *Instabilidade e selvageria*, se revela o estigma do corpo rebelde, que não se submete às doutrinações colonialistas e patriarcais e por isso precisa ficar escondido da sociedade, ou então ser medicalizado com contraceptivos que, além de evitarem a gravidez, "regulam o ciclo" e “diminuem a TPM”. Termos como "louca", "bipolar", "histérica", entre outros, foram recorrentes. A sensação de que ele atrapalha a produtividade da mulher em função dos desconfortos físicos e emocionais, entre eles cólicas, o próprio fluxo menstrual e necessidade do uso do absorvente, entre outras questões é o ponto central de análise desta categoria. A perseguição ao corpo instável e rebelde é uma estratégia colonialista e patriarcal de doutrinar a população para atuar como serva da acumulação de capital e, tal discurso se reflete ainda hoje na cultura, através dos termos pejorativos utilizados para referenciar as naturais oscilações de hormônios e humor das pessoas com útero. Federici (2017) destaca que todos aqueles que não se enquadravam nas normas eram perseguidos como hereges.

O tolhimento às pessoas menstruadas também aparece em pequenas, mas significativas proibições: “Na adolescência não podia lavar o cabelo porque estava

menstruada e minha mãe não deixava, ela ficava controlando, eu não pude andar de pés descalços e fazer maionese nem pensar”. As expressões “está de lua”, “bipolar”, “histérica” e “está de TPM”, “selvagem” e “de bode” escancaram essa relação de aproximar os corpos que menstruam da natureza instintiva e irracional, abominada pela visão cartesiana de mundo característica do colonialismo. A loucura, a rebeldia e a selvageria são distantes da compreensão da razão sobre o domínio das emoções, a mente sobre o domínio do corpo, que aproximam a pessoa com útero dos animais (Federici, 2017, p. 349).

A categoria 4, Indisposição e Inutilidade, evidencia o corpo inútil para a produção capitalista, visto que a menstruação "atrapalha" por poder gerar dores, cansaço e também incômodo com o sangue, inclusive para o bolso, considerando que ao longo de toda a vida uma pessoa que menstrua pode chegar a gastar R\$ 6 mil reais em absorventes descartáveis, e para o planeta, com cerca de 150 kg de lixo que não pode ser reciclado. O que interessa à hegemonia social, entretanto, é a falta de produtividade, como a manchete da reportagem online adverte:



FIGURA 2: Manchete do Portal FolhaVitória

Fonte: www.folhavitória.com.br

A menstruação é vista como prejudicial para o avanço do capitalismo em função de diminuir o rendimento das mulheres. Tal visão de que menstruar atrapalha se deu a partir da concepção do corpo como máquina. Federici (2017) explica como esta forma de ver o corpo humano ganhou visibilidade durante a Revolução Industrial e segue sendo reproduzida até hoje, estando presente não só nas relações trabalhistas, mas também estudantis e da formação educativa dos cidadãos. Tal visão de corpo selvagem que precisa ser domesticado para virar máquina se assemelha com a concepção de Butler (2003) sobre os corpos abjetos, e de Federici (2017) dos corpos selvagens e rebeldes.

Percebemos resquícios desta lógica cartesiana do corpo como um conjunto de membros, assim como a máquina é um conjunto de peças, ao analisar a expressão que

surgiu durante a fala com os professores e professoras, “está vazando óleo”, como uma comparação da menstruação com o óleo de equipamento defeituoso, que está vazando, não apresenta o rendimento esperado e precisa de manutenção.

A categoria 5, *Doença ou Maldição*, foi localizada na bricolagem midiática e nas transcrições da sensibilização, termos, expressões e ditados populares que remetem aos estigmas da doença ou maldição foram detectados, entre eles “monstruação”, “remédio”, “doente”, “doença”, “bruxa”, “bruxas”, “pecado”, “maldição”, “amaldiçoo”, “amaldiçoada”, “não pode molhar os pés”, “sem absorvente”, “não pode sair de casa”, entre outros.

A compreensão de que a menstruação é uma doença, mais especificamente uma doença de mulher, é um estigma que unifica as visões material e espiritual de que a pessoa com útero é inferior. Segundo os estudos de Federici (2017), a concepção de que o corpo da pessoa do sexo feminino é malformado, em comparação ao do sexo masculino, que é mais forte e inteligente, e que só serve para ser o meio de transporte para os herdeiros da acumulação primitiva ou mão de obra escravizada. A segunda, amplamente disseminada pela igreja católica com a caça às bruxas, de que a pessoa do sexo feminino é impura, pecaminosa e a menstruação é sinônimo de doença, conforme também consta na Bíblia com o pecado original de Eva e deixou de herança para as mulheres a marca essencialista de pecadoras e submissas ao homem por Eva ter se originado de uma costela de Adão. Ela rememora o ato que expulsou Adão do paraíso – comer o fruto proibido e ser levada pelos instintos, representados pela cobra, animal que segundo Jean Shinoda Bolen (1990) é um símbolo associado ao sagrado feminino, à ciclicidade por conta da troca de pele.

O estigma que originou a categoria 6, *Vergonha e silenciamento* esteve presente em diversas inserções midiáticas que compõem o *corpus* da pesquisa, referenciando o corpo que deve ficar isolado, escondido da sociedade por ter a marca da vergonha e tal silenciamento, tanto por parte de quem menstrua quanto por parte de quem não menstrua, causa um tolhimento tanto por parte da sociedade, quanto por parte da pessoa menstruada, que se envergonha de si mesma e se isola. Isto amplia o quadro de vulnerabilidade de pessoas que menstruam, considerando que a menstruação é um marcador que amplia a vulnerabilidade social de quem já se encontrava em situação de pobreza, considerando marcadores de gênero, raça, classe social, poder aquisitivo, localização geográfica, religião, acessibilidade e idade.

Além disso, uma série de expressões pejorativas que já foram trazidas nas categorias analisadas anteriormente, entre elas “tá de chico”, “tá de bode”, “vazando

óleo”, “tá de tpm”, “louca”, referenciam estigmas que envolvem a menstruação e reforçam o sentimento de vergonha, de que é algo “anormal”. O somatório de tais estigmas resulta em um silenciamento. Falar que está menstruada ocorre em meio a cochichos, ou mesmo através de palavras que dão a entender, nas entrelinhas, a situação, quando há necessidade de pedir um absorvente, ou mesmo justificar a opção de não participar das aulas de educação física, por medo que a menstruação vaze para a esfera pública, conforme relato a seguir de uma lembrança de uma professora a respeito da menstruação em sua adolescência: “eu tinha muita vergonha... Muita, muita, muita vergonha na adolescência. Em casa era super tranquilo, mas pé pra fora de casa eu tinha muita vergonha”.

No corpus midiático da pesquisa, muitos materiais abordaram de forma evidente o atributo de Feminilidade, que dá nome à última categoria. E, nas falas dos professores e professoras, a categoria foi evidenciada inúmeras vezes por meio de termos como “mocinha”, “moça”, “mulher”, “homem trans”, “mulher cisgênera”, “mulherzinha”, “heterossexual”, entre outros.

A teórica Butler (2003), declarou: “gosto muito da ideia de que o oposto da masculinidade não seja necessariamente a feminilidade”. E tal ponto de vista se faz essencial ao se discutir os estigmas que envolvem o sangue menstrual, afinal, a identidade de mulher é culturalmente construída e não biologicamente imposta – é neste contexto que ao longo de toda a pesquisa utilizamos o termo “pessoas com útero” e não somente fazendo referência à identidade de mulher cisgênera, embora recorrer à sua construção se faça importante para compreender os estigmas que se teceram a partir dela.

A necessidade de desconstrução do discurso binário no que tange às pessoas que menstruam é latente, visto que a identidade de gênero é socialmente construída. Chamando a atenção para o preconceito de que menstruar é “coisa de mulher”, não busco um gênero neutro ao mencionar “pessoas com útero”, mas sim ampliar para a diversidade de gêneros, sem ignorar a trajetória daquelas que se identificam como mulheres, mas incluir um resgate de existências fora dos padrões binários que resistiram através de séculos de perseguição e domesticação do corpo, e sim, menstruam, como os homens trans ou pessoas não binárias.

A feminilização dos corpos biologicamente identificados como fêmeas é uma espécie de domesticação para padronizar o comportamento daquela que é “mulher”, e tal ideologia binária e dual a respeito da “natureza dos sexos”. Desconstruir a imposição dos binarismos se faz necessário inclusive para aquelas pessoas que se identificam com seu

sexo e gênero impostos, visto que tal construção, por si só, já reforça o papel subalterno da “fêmea” ou mesmo daquelas pessoas “feminilizadas”. Foram localizadas diversas reportagens e propagandas de marcas que tomaram a iniciativa de abarcarem a diversidade de gênero em seu discurso, entre elas cuecas menstruais, coletores menstruais e outros acessórios para autocuidado e higiene durante a menstruação com as cores do arco-íris, um símbolo LGBTQI+.

Nas falas dos professores e professoras, a expressão “ficou mocinha” para descrever a menarca o é um exemplo da lógica binária de gênero de que menstruar é coisa de mulher, conforme a fala, ocorrida durante a sensibilização Estigmas do Sangue, deixa claro: “ela ficou mocinha, ela ficou doente, está com os pés molhados”. E aquilo foi assim... Eu me lembro até hoje, da minha mãe gritando isso, que eu estava doente e que eu estava com os pés molhados”. Mas, nem sempre a expressão “ficou mocinha” teve uma conotação negativa. A menarca também foi recebida pelas famílias e pelas participantes como uma marca de fertilidade e de afirmação da feminilidade para quem se identifica com o gênero cisheteronormativo. O fato é percebido no relato de uma das participantes, contando que seu pai, logo após saber da chegada sua menarca, falou da mesa do almoço, “oba, temos mais uma mulherzinha na casa”.

Observar a menstruação como uma característica que remete à feminilidade e que faz parte da identidade da mulher escancara os dualismos subjacentes de relações de poder existentes na divisão binária de gênero. Segundo Guacira Lopes Louro (1997), “tais pedagogias já parecem anunciar uma concepção das relações de gênero em que o polo masculino sempre detém o poder e o feminino é desprovido de poder - daí a necessidade de ‘fortalecer’ ou de ‘dar poder’ às mulheres (Guacira Lopes Louro, 1997, p. 115)”. E o mesmo ocorre quando campanhas de visibilidade trans ocorrem para desbinarizar discursos envolvendo o período menstrual.

Considerações Finais

Os estigmas localizados a partir da pesquisa ora questionados, ora reforçados nos discursos, são reflexos de uma violência epistemológica para com os corpos com útero e os saberes referentes aos ciclos menstruais. Sua perpetuação contribui para a manutenção de uma série de violências às pessoas que menstruam, visto que a menstruação se torna um marcador extra às intersecções que já atravessam suas vidas.

Percebemos os diferentes estigmas que cercam a menstruação de forma entrelaçada. Uma série de questionamentos foram trazidos à tona, com o propósito de

jogar luz sobre existências silenciadas por um entrecruzamento de relações de poder que fazem com que cada história pessoal seja, em si, uma intersecção, única e intransferível. Tais existências, a partir das lutas anticolonialistas interseccionais estão retomando seu espaço de narrativa dentro da construção do que se conhece por história e também conhecimento, descolonizando e despatriarcalizando mentes, corações e úteros, e também produções acadêmicas.

Talvez outros pesquisadores, ao se depararem com o mesmo corpus de pesquisa, identifiquem outras possibilidades recorrências ou mesmo categorias que aos nossos olhos passaram despercebidas. Estamos cientes desta variante de amostras para apresentar cada estigma localizado, entretanto, a sua existência não pode ser negada – ao menos alguns estigmas emergiram do silenciamento midiático e escolar e podem, agora, ser desmistificados.

Levar a discussão para o território escolar foi uma forma de complexificar a pesquisa, que foi construída a partir de teorias e de um corpus de pesquisa composto por materiais que circularam em pesquisas feitas no espaço virtual e dos livros, territórios permeados por algoritmos e relações de poder que privilegiam certos discursos em detrimento de outros. As intersecções que permeiam as diversas trajetórias das pessoas menstruantes foram evidenciadas, o que permitiu um aprofundamento nas discussões, demonstrando a relevância dos saberes interseccionais para compreender questões complexas que se tecem num emaranhado de opressões e (in)expressões.

Referências

- ADAMS, Carol. **A política sexual da carne**. São Paulo: Editora Alaúde, 2ª ed. 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.
- BOLEN, Jean Shinoda. **As deusas e a mulher: nova psicologia das mulheres**. São Paulo: Editora Paulus, 1990.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. “Ensaio sobre as noções de poluição e tabu”. Lisboa, Edições 70 (col. Perspectivas do Homem, n.º 39), s.d. (trad. por Sônia Pereira da Silva, 1966).

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

GAARD, Greta Claire. Rumo ao ecofeminismo queer. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 1. Florianópolis: UFSC, 2011. Disponível em: DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000100015>>

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.

NEIRA, Marcos Garcia; LIPPI, Bruno Gonçalves. Tecendo a Colcha de Retalhos: a Bricolagem como Alternativa para a Pesquisa Educacional. **Revista Educação & Realidade**, v.37, n. 2, p.607-625, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2175-62362012000200015>>.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, Buenos Aires: CLACSO, 2005.



Recebido em outubro de 2023.

Aprovado em junho de 2024.